

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Relatório de Monitorização
Dezembro 2022



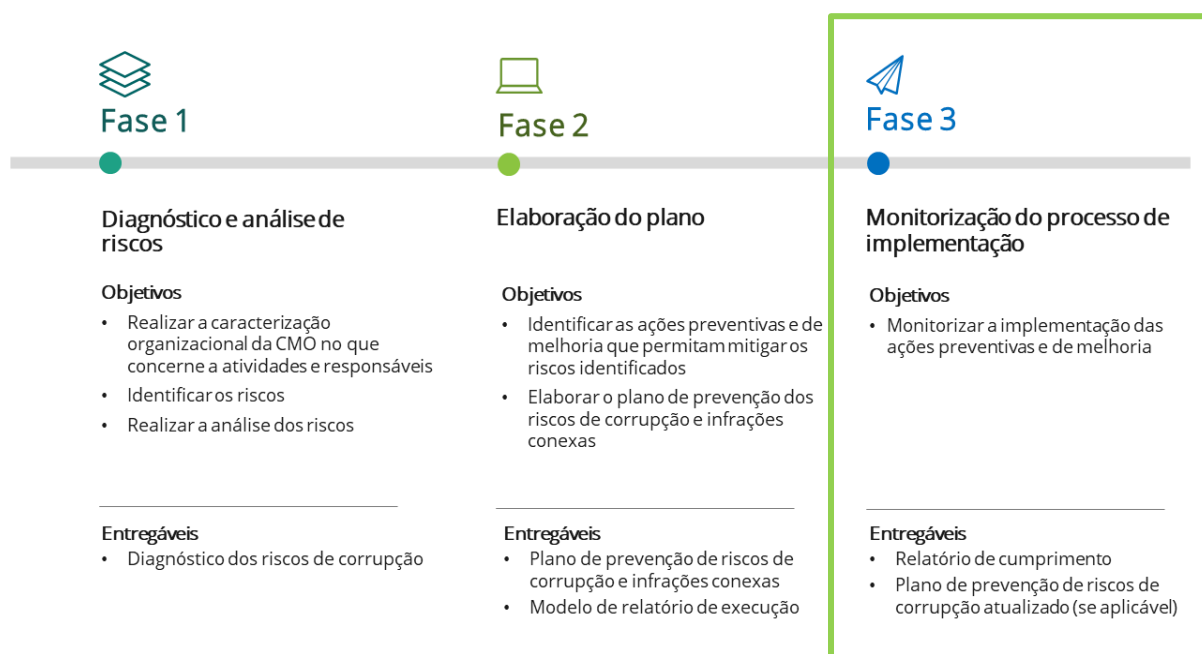
Cofinanciado por:



Introdução e abordagem metodológica

No âmbito do projeto de Serviços de Revisão e Monitorização do Plano de Corrupção do Município de Odemira, foi desenvolvido um novo plano que para além de uma obrigação legal, tinha o propósito de ser um instrumento de apoio à gestão.

Neste sentido, o presente documento enquadra-se na Fase 3 – Monitorização do processo de implementação, cujo objetivo passa por monitorizar a implementação das ações preventivas e de melhoria.

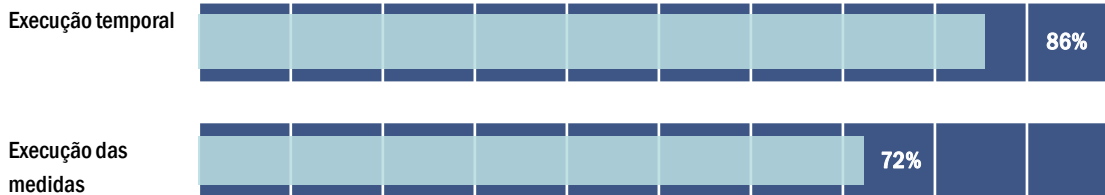


A estrutura do relatório teve por base o modelo de avaliação definido no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, fazendo uma avaliação do cumprimento das medidas estabelecidas no plano, tendo em conta as seguintes perspetivas:

- Visão global
- Visão por unidade orgânica
- Visão por medida de prevenção

A preparação do documento contou com os inputs de diversos dirigentes e colaboradores de várias unidades da CMO.

Visão Global



Visão por unidade orgânica

Execução das medidas (não inclui medidas transversais)



Visão por medida de prevenção

Principais Medidas	Principal Responsável	Taxa de execução	Comentários
Promover a adoção de um sistema de rotação dos colaboradores	Transversal	100%	Realizada por DOM
Divulgação do Código de Ética e da importância do cumprimento dos procedimentos instituídos	Transversal	84%	Realizada totalmente por DFPC e GC, e parcialmente por DAL e GAOMAJ
Criação de base de dados dinâmica de fornecedores e prestadores de serviços que inclua o seu desempenho face a anteriores fornecimentos	Transversal	0%	-
Existência de uma política de incentivos/apoios que regula a atribuição, organização e aprovação dos mesmos	Transversal	30%	Realizada parcialmente por DCJ
Segregação das funções potencialmente conflitantes	Transversal	100%	Realizada por DISU, DDS e DP
Existência de um mecanismo de controlo mais eficaz	Transversal	100%	Realizada pelo SMPC - Criação do Plano Integrado de Sensibilização envolvendo os Agentes de Proteção Civil, de forma a minimizar o risco de forma pessoal
Implementar medidas de controlo de cumprimento dos prazos dos processos de contraordenação	GAOMJ	40%	Encontra-se em curso junto da DMA, o ajustamento da plataforma da Medidata "Fiscalização e Contraordenações - Registo de Processos de Contraordenações" que para além de prever um mecanismo de alertas para o cumprimento dos prazos, irá possibilitar incluir o registo das contraordenações rodoviárias
Promover a monitorização das recomendações decorrentes das ações de auditoria realizadas	GPE	100%	Cumprimento da 2.ª Recomendação identificada no relatório da ação de verificação da operação o POSEUR-03-2012- FC-000375 - Escritura do direito de Superfície
Realização de ações de formações e sensibilização em matéria de Proteção de Dados	GPE	75%	Envio de mailing internos com informações/sensibilização sobre RGPD. Divulgação de Ações de formação online, gratuitas, sobre RGPD - por email e na página da intranet. Ação de sensibilização sobre RGPD para chefias realizada em novembro de 2021. Preparação de uma ação de formação/sensibilização de RGPD interna para realização no quarto trimestre
Análise das situações de socorro e assistência às populações segundo critério de necessidade e/ou emergência	SMPC	75%	Proposta de escala de prevenção, ainda não validada pelo executivo.
Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo nos processos de recrutamento	DGRH	50%	Recrutamento de entidades externas para a realização de alguns Procedimentos Concursais (fase experimental) e convite a elementos externos para constituição total do júri em procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 2.º grau

Visão por medida de prevenção

Principais Medidas	Principal Responsável	Taxa de execução	Comentários
Definição de princípios orientadores relativos ao trabalho extraordinário e sensibilização dos dirigentes	DGRH	50%	Efetuada levantamento dos valores associados ao trabalho extraordinário para comunicação ao Executivo; Discussão e sensibilização sobre o assunto em reuniões de coordenação com todos os dirigentes; recrutamento de recursos humanos em áreas deficitárias
Monitorização e validação da informação financeira	DFCP	100%	
Auditorias periódicas aos processos de compras	DFCP	0%	
Existência de uma Política de Segurança de Informação	DMA	75%	Existência de uma Política de Segurança de Informação – Esta encontra-se numa fase de finalização, tendo já contributos técnicos da equipa de informática, e irá ser colocada à consideração superior muito em breve;
Realização de ações de formação e sensibilização na área da Proteção de Dados	DMA	75%	Ações de sensibilização – sempre que pertinente e possível, é utilizada a Mailing list interna para alertar para a existência de cursos nestas temáticas (cidadão ciberseguro) e devo focar ainda a sensibilização realizada nas reuniões de dirigentes; Sublinho que existe ainda um projeto de implementação de um conjunto de práticas e medidas na área da cibersegurança, a decorrer com o apoio de uma consultora externa, que visa dar cumprimento às exigências legais nesta matéria (DL65/2021) que já se iniciou. Esta medida não estava refletida no plano em causa.
Estabelecer regras formais de distribuição de processos que permitam assegurar a rotatividade e variabilidade de funções dos colaboradores intervenientes nos processos	DL	100%	A aplicação de gestão urbanística atribui automaticamente e rotativa o Arquiteto, o Gestor de Procedimento e o administrativo responsáveis pelo processo, constituindo diferentes grupos de trabalho uma vez que o número de colaboradores em cada função não é coincidente
Validação dos requerimentos e formação dos técnicos	DL	100%	A presente medida prevê 2 situações distintas, uma cumprida a 100% e outra dependente de fatores externos: Todos os requerimentos em uso e respetivas alterações são validados pela DL e de seguida codificados pelo Setor de Qualidade e elaboradas pelo Setor de Comunicação. A formação dos técnicos está dependente do cumprimento do mapa de formação, o que não se verificou no corrente ano
Instituir mecanismo interno de controlo que permita controlar os prazos de resposta	DL	0%	A carência de pessoal na Divisão, os processos pendentes e o ritmo da entrada de requerimento (cerca de 600 processos novos e cerca de 2,000 requerimentos no primeiro semestre) impossibilita o cumprimento dos prazos de análise/ resposta, pelo que há mecanismos de controle dos mesmos (monitorização através da aplicação) mas o mesmo não é utilizado como ferramenta de gestão
Fiscalização e acompanhamento regular desde o projeto à conclusão da obra	DOM	75%	A fiscalização de obra acompanha com regularidade a evolução dos trabalhos, pelo menos uma vez por semana
Fiscalização mais eficiente após atribuição do benefício (verbas)	DDE, DDS, DIS, DE, DCJ	76%	

Visão por medida de prevenção

Principais Medidas	Principal Responsável	Taxa de execução	Comentários
Formação dos trabalhadores nas regras de gestão territorial	DP	100%	Foram identificadas as necessidades de formação no âmbito das matérias referenciadas e, remetidas aos recursos humanos aguardando até ao momento a realização das mesmas. A formação está dependente da DGRH encontrar áreas e formação adequadas, conforme indicado no plano de formação, o que até agora não aconteceu.
Validação dos pedidos e documentos introdutórios	DIS	100%	Todos os Regulamentos de Medidas de Apoio preveem a entrega de uma lista de documentos cuja análise permite aferir se o requerente tem ou não direito ao apoio. Prevê igualmente que ao longo do processo de análise seja possível solicitar mais documentação
Monitorização e restrição do acesso de informação sensível	DE	100%	Mapeamento das operações de tratamento de dados pessoais. Sempre que existirem novas operações de tratamento de dados deve ser mapeado pela DE, estando sujeito a controlo pelo Encarregado de Proteção de Dados
Justificação adequada na requisição da frota municipal e de materiais	DAL	100%	Para a requisição de frota/material, tem que ser elaborada a devida requisição /justificação junto do encarregado/coordenador

Conclusões e Recomendações

O trabalho de avaliação da implementação das medidas de prevenção do Plano de corrupção e infrações conexas, revelou que ainda existe margem para melhoria, com o plano a apresentar uma execução temporal de 86% e uma execução das medidas de 72%.

Os principais pontos a realçar são os seguintes:

- Foram iniciadas, à data, 92% das medidas, um valor bastante positivo
- Em termos absolutos, das 25 medidas definidas, foram iniciadas 23, das quais 11 foram executadas na sua totalidade
- DAL e DP são a unidade orgânica que apresentou uma maior taxa de execução das medidas (100%), seguindo-se DDE (95%), GPE (88%), DIS (88%) e DE (85%)
- Por sua vez, GAOMAJ apresenta a menor taxa de execução das medidas (40%)

Neste sentido, entende-se que a Câmara Municipal de Odemira apresentou durante o período uma taxa de execução das medidas bastante razoável (72%).

Ainda assim, ainda existe margem para aumentar a execução das medidas, destacando as que não foram iniciadas e que apresentam um risco associado significativo:

Medida	Principal Responsável	Taxa de execução	Nível do risco associado
Auditorias periódicas aos processos de compras	DFCP	0%	Elevado
Instituir mecanismo interno de controlo que permita controlar os prazos de resposta	DL	0%	Elevado